



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA  
PRESIDÊNCIA  
DA REPÚBLICA

I

**Discurso do Senhor Presidente da  
República, Itamar Franco, na reunião de  
instalação do Conselho Nacional da  
Amazônia Legal — Palácio do Planalto.  
Brasília, DF, 3 de dezembro de 1993.**

A primeira reunião do Conselho Nacional da Amazônia Legal é sinal inequívoco da prioridade que o Governo brasileiro atribui ao desenvolvimento sustentável do seu território amazônico e à implantação de uma política integrada para realizá-lo.

Sobre esse território, que faz fronteira com oito países, temos e exercemos por todos os títulos soberania indiscutível, e dela o povo brasileiro não abre mão. Fazemos questão de reafirmar a nossa soberania para assumir responsabilidades, não para delas nos eximirmos. Tampouco desejamos ocultar problemas que a nós, brasileiros, interessa mais que a ninguém solucionar de forma equilibrada e definitiva.

Responsabilidade, quando se trata da Amazônia, significa perseguir uma política voltada para o desenvolvimento sustentável e para a melhoria da qualidade de vida dos seus mais de 17 milhões de habitantes. Tal responsabilidade exige um claro compromisso de proteção do meio ambiente e uso racional dos recursos naturais.

É para essa tarefa que os convidei a todos. A Amazônia — objeto, até passado recente, de projetos de ocupação e desenvolvimento ditados por outras realidades e concepções

do próprio papel do Estado — não pode prescindir da ação coordenada do Governo Federal.

No Brasil democrático e descentralizado não há mais lugar para políticas impostas de cima para baixo ou da capital para as regiões. A eficácia das políticas regionais, especialmente a da Amazônia, que reúne tantas especificidades, depende da participação da sociedade civil, sobretudo das populações e das lideranças locais.

É imperativo atualizar o debate sobre a Amazônia, retirando-o da estreiteza das visões que reduzem tudo a um desenvolvimento predatório, sem respeito pelo homem ou pela natureza. É preciso não se fechar numa atitude meramente defensiva ou ceder ao temor nascido da falta de confiança em nós mesmos.

A Amazônia é a última fronteira do Homem e do conhecimento. É o nosso maior patrimônio natural, e por isso um dos grandes trunfos que nos confere a dimensão continental do Brasil. Ali temos a maior floresta tropical do mundo, praticamente intocada se a compararmos às de outras regiões. Nela, 20 por cento da biodiversidade de todo o planeta esperam ainda pela pesquisa científica capaz de extrair novas fontes de riqueza ou de tratamento para males incuráveis. Nela, milhões de brasileiros — caboclos, ribeirinhos, imigrantes do Nordeste, do Centro e do Sul do País, índios que nos ligam às origens da nacionalidade, seringueiros, castanheiros, garimpeiros — anseiam por um futuro de prosperidade duradoura, livre das imposições dos ciclos econômicos passageiros.

Centro de atenção de todo o mundo, a Amazônia espera que nós, brasileiros, saibamos aproveitar e canalizar esse interesse em benefício das nossas necessidades e projetos. Meio ambiente e Amazônia são temas com enorme área de

convergência, mas por isso mesmo capazes de atrair para o Brasil os recursos internacionais que poderemos administrar em proveito das populações amazônicas e do País.

Este Governo tem procurado interpretar da forma mais criteriosa o zelo com que os brasileiros consideram a Amazônia e o interesse dos amazônidas em integrar-se ao desenvolvimento nacional.

A defesa do território, a presença do Estado brasileiro nas regiões desabitadas ou escassamente povoadas dos rincões mais distantes, a proteção dos povos da floresta, a começar pelos índios, o combate a formas ilegais ou predatórias de exploração dos recursos naturais —, todas essas têm sido preocupações constantes e reiteradas da ação e do planejamento do Governo. Elas estão na base da criação de um Ministério encarregado de coordenar as ações federais na Amazônia e deste Conselho que hoje, por primeira vez, se reúne com a finalidade de assessorar-me na definição de uma política integrada para a região.

Essa política, Senhores Ministros e Governadores, há de apresentar visão estratégica e transcender no tempo o Governo atual, porque deve estar voltada para o longo prazo, como produto de um consenso sobre os novos desafios que a Região Amazônica apresenta e as soluções, algumas urgentes, que reclama.

É passada a era dos megaprojetos. Os tempos são de recursos escassos que desafiam a criatividade e a capacidade de planejamento e de execução dos que professam a vida pública. A Amazônia hoje é mais desenvolvida, mais consciente, mais autônoma do que quando pela última vez se planejou em grandes linhas o desenvolvimento da região. Seu potencial aumentou muito pela sua projeção econômica, pelo interesse turístico, pelo progressivo conhecimento das suas

reservas de biodiversidade e dos seus recursos minerais, pela vocação industrial que tem demonstrado a Zona Franca de Manaus.

A região enfrenta também problemas novos, inclusive urbanos. Mas temos outros instrumentos, a começar pelo próprio conhecimento científico e empírico sobre a região, pelo que aprendemos com os erros do passado, pelo acervo acumulado, pela pesquisa aplicada. A atual consciência de que não existe uma só Amazônia uniforme, indiferenciada, mas muitas Amazônias do ponto de vista climático, geológico, de solos, vegetação e ocupação humana é fundamental para dar-nos a dimensão real do desafio.

A espinha dorsal de toda ação na região é o zoneamento ecológico-econômico, base de conhecimento para a exploração racional e sustentável dos recursos naturais e para a definição das áreas de preservação e de ocupação. Concebido de forma flexível, ele contempla prioritariamente as áreas submetidas a maior pressão demográfica. Será assim a garantia de que utilizaremos racionalmente e preservaremos para as gerações futuras esse patrimônio ambiental e econômico.

Senhores Ministros,  
Senhores Governadores,

Este Conselho foi concebido como um mecanismo capaz de reunir subsídios para essa política e de promover maior coordenação entre os muitos Ministérios e órgãos federais que atuam na Amazônia, cada qual com sua perspectiva particular.

Essa coordenação é indispensável e inadiável. Cada uma das grandes áreas temáticas que formam o quadro complexo da Amazônia reclama esse tipo de coordenação, seja para o planejamento e execução de políticas amplas, seja para as

soluções de problemas tópicos ou emergenciais, em articulação com os Governos estaduais.

Esta reunião inaugural tem precisamente esse duplo objetivo: dar início ao processo de definição da política integrada e criar grupos de trabalho setoriais, integrados pelos Ministérios mais diretamente interessados. Espero, concluída esta reunião, poder contar com os subsídios que cada órgão preparou para a política integrada e com a definição desses grupos de trabalho.

Idealmente, para cobrir as dimensões mais importantes ou até emergenciais da realidade amazônica, estimo que esses grupos deveriam englobar, no mínimo, as áreas de desenvolvimento regional, relações internacionais, vigilância, controle e proteção, transportes e comunicações, proteção ambiental, mineração e garimpo, ciência e tecnologia aplicada, educação, saúde e aspectos sociais, assuntos florestais e populações indígenas. Sob a coordenação do principal Ministério ou órgão competente na matéria, esses grupos serão integrados por representantes dos demais órgãos federais e estaduais. Sua tarefa será contribuir para definir as políticas setoriais e coordenar entre si uma ação harmoniosa e eficaz.

Finalmente, creio indispensável que um Grupo Técnico se encarregue da elaboração a curto prazo de proposta de política integrada, para apreciação pelos Ministros de Estado e posterior aprovação presidencial.

Senhores Ministros,  
Senhores Governadores,

Quando Euclides da Cunha disse que a Amazônia era a última página do Gênesis, ainda por escrever-se, estava de certa forma profetizando a ação e as responsabilidades que nos incumbem, como brasileiros, convocados a completar

com o trabalho e o conhecimento a dimensão humana da região.

Com a imperfeição que nos distancia infinitamente do Criador, estamos, sim, escrevendo uma parte dessa última página, uma saga em que os principais protagonistas são os amazônidas.

Sem a ilusão ruínosa dos projetos gigantescos, muitas vezes de custos sociais e ambientais insuportáveis, o Brasil democrático de hoje está comprometido com a nossa Amazônia. Se quisermos, com determinação e criatividade, ajudaremos os amazônidas a desenvolver uma região em que o homem é valorizado, as culturas locais preservadas, o meio ambiente respeitado, os recursos naturais racionalmente explorados e o desenvolvimento, porque sustentável, uma conquista que se renova a cada dia. Fecharemos para sempre a era dos ciclos econômicos fugazes que marcaram o passado da Amazônia. Os caminhos para o futuro terão de ser diferentes, terão de ser melhores, e hão de ser abertos e trilhados a partir de agora, com confiança, determinação, com sentido de solidariedade, independência e responsabilidade.

Muito obrigado.